

O DESENVOLVIMENTO DAS FAMÍLIAS: UMA ABORDAGEM DA POBREZA MULTIDIMENSIONAL NO PARANÁ

Ingrid Beatriz Barbosa¹
Solange de Cássia Inforzato de Souza²

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo analisar o desenvolvimento das famílias no Paraná, na perspectiva da pobreza multidimensional. Para isso, revisou-se a literatura teórico-empírica e construiu-se o Índice de Desenvolvimento das Famílias (IDF) proposto por Barros, Carvalho e Franco (2003) e adaptado para esta pesquisa a partir dos dados da PNAD/IBGE de 2003 e 2013. O Paraná apresentou melhora no desenvolvimento das famílias no período analisado e as principais dimensões que contribuíram para isso foram a ausência de vulnerabilidade, disponibilidade de recursos, desenvolvimento infantil, condições habitacionais e consumo de bens duráveis. Os resultados revelaram que as famílias no Paraná possuem maiores vulnerabilidades no acesso ao conhecimento e ao trabalho e na atenção e cuidados especiais com crianças, adolescentes e jovens. A aplicação de políticas públicas voltadas para essas dimensões são importantes para potencializar as condições de vida e reduzir as privações das capacidades das famílias.

Palavras-chave: Pobreza multidimensional. Política pública. IDF. Paraná.

ABSTRACT: This work aims to analyze the development of families in Paraná, from the perspective of multidimensional poverty. For this, the theoretical-empirical literature was revised and the Family Development Index (FDI) proposed by Barros, Carvalho and Franco (2003) was constructed and adapted for this research based on data from the PNAD / IBGE of 2003 and 2013. The state of Paraná showed improvement in the development of families in the analyzed period and the main dimensions that contributed to this were the absence of vulnerability, availability of resources, child development, housing conditions and consumption of durable goods. The results showed that families in Paraná have greater vulnerabilities in access to knowledge and work and in the special care and attention with children, adolescents and young people. The implementation of public policies aimed at these dimensions are important for enhancing living conditions and reducing deprivation of family capacities.

Keywords: Multidimensional Poverty. Public policy. FDI. Paraná.

Data da submissão: 17-06-2018

Data do aceite: 17-05-2019

1 INTRODUÇÃO

A pobreza de grande contingente da população no Brasil vem sendo alvo de estudos e pesquisas nas ciências sociais e aplicadas, cujo enfrentamento requer compreendê-la de forma multifacetada. Apesar de se apresentar pioneiramente como um evento econômico, relacionada à renda do indivíduo ou da família, outras dimensões políticas, sociais e culturais foram adicionadas para permitir uma intervenção pública mais efetiva.

O pensamento científico sobre a pobreza tem reunido diferentes definições e conceitos: na abordagem unidimensional, são pobres aqueles que não dispõem de um nível de renda suficiente para satisfazer às suas necessidades, cujos principais conceitos são os referentes à pobreza absoluta, pobreza relativa e a pobreza subjetiva. Considera-se unicamente a renda *per capita*, em dólares por dia, em múltiplos do salário mínimo ou em valores de cesta de consumo. Na perspectiva multidimensional, o nível de bem-estar das pessoas é determinado por um conjunto de fatores sociais, além da renda. Esta última é entendida por Sen(2010) como uma privação da capacidade básica

¹ Pós-Graduação em Perícia e Auditoria Contábil pela Universidade Estadual de Londrina PR e Graduada em Ciências Econômicas, Universidade Estadual de Londrina.

² Professora do Curso de Ciências Econômicas e do Programa de Mestrado em Economia Regional, Universidade Estadual de Londrina/Pr

humana; capacidade definida como a liberdade de um indivíduo escolher entre uma variedade de estilos de vida, com seus limitadores identificados no analfabetismo, na fome, na invalidez, entre outros.

A dimensão continental brasileira e a relevância das especificidades regionais e locais para o tratamento da questão, levaram a uma investigação preliminar que mostrou que há raras publicações relacionadas à análise da pobreza no estado do Paraná, sobretudo que utilizam a abordagem multidimensional. Nesse sentido, este artigo inova ao ampliar as dimensões da análise da pobreza, totalizando sete dimensões, e incorporá-la ao estado do Paraná (e a Região Sul do Brasil). O estado possuía 399 municípios e uma população de 11.081.692 em 2014, e 223.814 domicílios pobres em 2012, reduzido para 198.825 em 2013, segundo o IPEADATA (2015). O percentual de domicílios pobres em 2012 era de 6,29%, e em 2013 era de 5,52% no Paraná. A despeito da queda contínua das taxas de pobreza e extrema pobreza no Paraná de 2003 a 2013, a sua persistência e a busca de indicadores sobre o desenvolvimento das famílias no Estado representaram a motivação deste estudo.

Diante disso, este trabalho tem como objetivo analisar o desenvolvimento das famílias na perspectiva da pobreza multidimensional em 2003 e 2013. Para isso, o Índice de Desenvolvimento das Famílias (IDF) foi adaptado de Barros, Carvalho e Franco (2003) e Oliveira (2014) e calculado para esta pesquisa a partir dos dados da PNAD/IBGE.

O artigo está dividido em 3 seções, além desta introdução. Na primeira, apresenta-se uma revisão teórica e conceitual sobre a pobreza e as evidências para o Brasil e para o Paraná. Na segunda esclarece a metodologia empregada e a base de dados, para, em seguida, na terceira seção, mensurar e analisar o Índice de Desenvolvimento das Famílias para o Estado. Por fim, as conclusões são sumarizadas.

2 O PENSAMENTO CIENTÍFICO SOBRE A POBREZA: DEFINIÇÕES E EVIDÊNCIAS PARA O BRASIL E PARANÁ

A trajetória do pensamento científico sobre pobreza tem sido marcada por diferentes definições e métodos de mensuração da pobreza que, segundo a literatura especializada, podem ser enquadradas em uma das três categorias, quais sejam, a pobreza absoluta, a pobreza relativa e a pobreza subjetiva. A pobreza absoluta foi primeiramente empregada por Rowntree em 1901, está em uso há mais de cem anos, e é utilizada pelo Brasil e pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal). Nessa abordagem, determinam-se os requisitos calóricos mínimos para uma pessoa, em seguida calcula-se o custo calórico e uma linha de pobreza é estabelecida abaixo da qual as pessoas não possuem as mínimas condições para sobreviver (SOARES, 2009).

Em razão da crítica realizada por Townsend (1993 apud CODES 2008), a perspectiva das necessidades básicas ganha evidência em 1970, e passa a abranger uma análise multifacetada da pobreza incluindo dois grupos de elementos: mínimo de requerimentos para consumo privado (como comida, abrigo e roupas), e também as necessidades referentes aos serviços para a comunidade como um todo, como serviços sanitários, transporte público, educação e saúde (CODES, 2008).

No que diz respeito ao estabelecimento do valor das linhas de pobreza podem-se ter as categorias: arbitrárias ou observadas. A primeira categoria é estabelecida sem que haja garantia de que seu valor possibilite um conjunto de necessidades básicas como, por exemplo, a adoção do salário mínimo ou de um de seus múltiplos como linha de pobreza, ou ainda o uso de dólares por dia. Na categoria observada, as linhas de pobreza se baseiam na estrutura de consumo das populações de baixa renda.

A pobreza relativa é definida a partir da consideração do padrão de vida e da maneira como diferentes necessidades são supridas em uma dada realidade socioeconômica. Para Soares (2009), as linhas de pobreza relativas são formuladas com base em uma fração da renda média ou, mais frequentemente, da mediana abaixo da qual são consideradas pobres. Contudo, segundo Rocha (2003), a comparação direta entre países quanto à incidência de pobreza relativa precisa ser vista com cautela, pois um indivíduo considerado pobre em determinado país pode não ser assim classificado em outro.

Do ponto de vista da pobreza subjetiva, a indicação é perguntar às pessoas se elas são pobres ou não. Contudo, esta abordagem possui dois problemas: o primeiro é que pode gerar incentivos adversos àqueles que respondem pelo fato de sua resposta determinar sua participação em um programa de transferência de renda, por exemplo. O segundo problema depende do grupo de referência de cada indivíduo, pois geralmente as pessoas se comparam com aquilo que está mais próximo.

Apesar da relevância do critério da insuficiência da renda, outros aspectos podem ser inseridos. Sen (2010), um dos grandes expoentes nos estudos da pobreza sob enfoque da pobreza multidimensional e da privação das capacidades, defende que a abordagem das capacidades desvia a atenção dos meios para os fins que as pessoas buscam e para as liberdades de poder alcançar esses fins. De acordo com Sen (2008), um estudo feito por McCord e Freeman (1990), indica que os homens do Harlem, próspera cidade de Nova York, têm menos chance de alcançar a idade de 40 anos ou mais do que os homens do Bangladesh. Este fato não se deve aos moradores do Harlem terem baixas rendas, mas o fato de estarem conectados a problemas na assistência à saúde, prevalência do crime urbano e outros fatores.

A abordagem multidimensional defende que o nível de bem-estar dos indivíduos é determinado por um conjunto complexo de fatores sociais como as condições habitacionais, saneamento, educação, trabalho e demografia e não somente pela renda. Porém, foi somente com a criação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) em 1990 que as dimensões sociais da pobreza ganharam verdadeiro impulso³, sustentado por três pilares: saúde, educação e renda. Também em meados de 1990, a PNUD apresentou o Índice de Pobreza Humana (IPH). No entanto, desde 2010, segundo Costa e Costa (2014), o Índice de Pobreza Multidimensional (IPM) está em substituição ao IPH. A metodologia do cálculo do IPM foi desenvolvida por Alkire e Foster e os indicadores considerados foram: educação, saúde e padrões de vida (acesso à água potável, energia elétrica e sanitário adequados).

A temática da pobreza sob o enfoque multidimensional foi aplicada em trabalhos internacionais e nacionais. Internacionalmente, segundo a CEPAL (2013), iniciaram-se nos anos 1990 estudos referentes à infantilização da pobreza na América Latina. Em 2011, um total de 40,5% das crianças e adolescentes (abaixo dos dezoito anos de idade) viviam na pobreza, isso representava cerca de 70,5 milhões de indivíduos (abaixo dos dezoito anos de idade), e 16,3% viviam na extrema pobreza nos países da América Latina. Entre 2000 e 2011, todos os países latino-americanos apresentaram um declínio da porcentagem de crianças pobres. A pesquisa analisou a pobreza considerando a quantidade de privações enfrentadas como: acesso ao saneamento básico, acesso à água potável, qualidade da moradia, envolvimento no sistema educacional, acesso a informação e uma boa nutrição. No Brasil, em 2011, 11,7% das crianças eram consideradas pobres e cerca de 22,1% eram consideradas extremamente pobres. Na Guatemala, 47,8% das crianças eram consideradas pobres, na Bolívia 46,9%, na Nicarágua 42,7%, no Peru 30,9% e em El Salvador 28,1%. Por outro lado, o Chile obteve o menor índice de toda América Latina, com 4% (CEPAL, 2013).

No Brasil, o MDS (2014) calculou o Índice de Pobreza Multidimensional para o país e considerou oito dimensões, tais como: anos de escolaridade, frequência a escola das crianças, mortalidade infantil, eletricidade, saneamento, água, combustível para cozinhar e bens. Constatou-se uma queda consistente na porcentagem de pobres entre 2004 e 2012 para as regiões brasileiras, com dois destaques: na região Nordeste, queda de 67% nos severamente pobres (aqueles com renda *per capita* até R\$ 70,00 e privações em 3 ou mais dimensões), e na região Sul, 87% de redução da pobreza. Os maiores rendimentos e os benefícios como o Bolsa Família podem explicar esses resultados.

Kageyama e Hoffmann (2006) analisaram a pobreza no Brasil entre 1994 a 2004 sob o enfoque multidimensional segundo três indicadores não monetários: água canalizada, banheiro e energia elétrica, e estabeleceram a linha de pobreza de R\$ 150,00 (meio salário mínimo de maio de 2005). Foram consideradas três situações: não pobre (possui pelo menos dois indicadores não monetários e renda domiciliar *per capita* acima do valor de R\$150,00), pobre tipo I (cujo domicílio possui pelo menos um dos indicadores e possua renda menor que

³ Conforme o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o índice foi criado por Mahbub ul Haq com a colaboração de Amartya Sen.

a estabelecida), pobre tipo II (vive em domicílio com menos de dois indicadores, e renda superior a meio salário mínimo) e extremamente pobres (ausência dos três indicadores mencionados). Em 2004 havia 62 milhões de pobres no Brasil e as categorias pobre II e extrema pobreza apresentaram as maiores quedas. A melhoria nas condições de infraestrutura foi citada como responsável pela redução da pobreza.

Para Barros, Carvalho e Franco (2006) decifrar as ordenações e escolhas pessoais da sociedade consiste em uma das importantes missões do cientista social, mas não é algo completamente resolvido e, com isso, as dimensões e indicadores estão abertos para serem debatidos e redefinidos pela sociedade. As dimensões analisadas foram: ausência de vulnerabilidade, acesso ao conhecimento, acesso ao trabalho, disponibilidade de recursos, desenvolvimento infantil e carências habitacionais. A partir da PNAD de 1993 a 2003 constataram que os grupos mais pobres são caracterizados por famílias negras chefiadas por pessoas com até quatro anos de estudo, vivendo nas áreas rurais da região Nordeste, e o chefe em geral não se encontra ocupado ou está no setor informal. O grau multidimensional de pobreza das dez famílias mais pobres varia de 74% a 79%, enquanto a média nacional é de 25%.

No Paraná, Albuquerque e Cunha (2012) analisaram a pobreza multidimensional, de 1995 a 2009, considerando seis dimensões (condições habitacionais, saneamento, educação, trabalho, renda e demografia). Os resultados revelaram que houve uma significativa redução de pobres na população paranaense e as dimensões condições habitacionais e saneamento mostraram melhora significativa. Os programas como “Casa da Família”, “Vila Rural” e “Direito de Morar” são exemplos de ações que contribuíram para a diminuição das vulnerabilidades no estado.

Nóbrega (2008) fez uma análise unidimensional e multidimensional para os estados do Paraná e Sergipe, com base no censo de 2000. Sob o aspecto multidimensional foi calculado o IPH-M (Índice de Pobreza Humana), que considerou a probabilidade de morrer antes dos 40 anos, a porcentagem de pessoas com 25 anos ou mais que são analfabetas e a porcentagem de crianças falecidas até cinco anos de idade. Este índice varia de zero a cem. Para o estado do Paraná o índice foi 13,7 para o Sergipe 30,4.

O trabalho de Giovanetti e Raiher (2015) trouxe uma análise da pobreza multidimensional para os municípios do estado do Paraná, em 2010. Os dados foram coletados do IBGE e do IPARDES e um indicador foi construído por meio do método *Fuzzy*. Por meio da análise espacial obteve-se que a concentração da pobreza está no centro sul do estado, abrangendo algumas cidades ao entorno de Guarapuava estendendo-se até a região do centro sul e que os municípios mais voltados para o setor primário são os mais pobres.

Ainda com relação ao Paraná, Nazareno, Junior e Ignácio (2012) calcularam o Índice de Vulnerabilidades das Famílias (IVF/PR) a partir do Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico). O IVF foi formado por 19 indicadores e distribuídos em quatro dimensões que são: adequação do domicílio, perfil e composição familiar, acesso ao trabalho e a renda e condições de escolaridade. Os maiores problemas detectados foram que as famílias uniparentais representam 49,3% da base e a dimensão escolaridade retrata o baixo grau de instrução dos adultos nas famílias.

3 METODOLOGIA DA CONSTRUÇÃO DO ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DAS FAMÍLIAS (IDF)

Nesta seção descreve-se a metodologia empregada para medir e analisar a pobreza multidimensional no Paraná a partir dos microdados da PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios) de 2003 e 2013. Os dados para a região sul do Brasil foram agregados para contextualização e comparação das informações. A metodologia do IDF foi adaptada para esta pesquisa a partir de Barros, Carvalho e Franco (2003) e Oliveira (2014)⁴.

Nesta investigação, o IDF está dividido em sete dimensões de pobreza: i) ausência de vulnerabilidade domiciliar; ii) acesso ao conhecimento; iii) acesso ao trabalho; iv) disponibilidade de recursos; v) desenvolvimento infantil; vi) condições habitacionais e vii) consumo de bens duráveis. Cada uma das dimensões consideradas envolve

⁴ Nesta pesquisa, para o Paraná utilizou-se 5.760 observações que expandidas representaram 2.979.860 de domicílios em 2003. Em 2013, o número de domicílios observados foi de 6.460, ou seja, 3.738.211 de domicílios paranaenses. Adicionalmente, foram utilizadas 18.355 observações, que expandidas representaram 8.013.635 domicílios da Região Sul no ano de 2003, e 19.571 observações que representaram 10.002.240 domicílios em 2013.

componentes e cada componente compõe-se de indicadores. O IDF varia entre zero (para domicílios absolutamente pobres) e 1 (para domicílios sem traços de pobreza).

Em Barros, Carvalho e Franco (2003) e Oliveira (2014) há explicação para cada uma das dimensões adotadas. A primeira dimensão, ausência de vulnerabilidade, representa o montante de recursos necessários para que uma família satisfaça suas necessidades básicas. Nesta dimensão temos os seguintes componentes: fecundidade, atenção e cuidados especiais com crianças, adolescentes e jovens, atenção e cuidados especiais com idosos, dependência econômica e presença da mãe. Se houver crianças, gestantes e/ou idosos a vulnerabilidade da família aumenta, já que o volume de recursos para suprir a todos será ainda maior. A presença da mãe na família, por exemplo, reduz a vulnerabilidade familiar, pois as crianças recebem mais proteção e cuidados relacionados à saúde e educação.

A dimensão relativa ao acesso ao conhecimento é uma das formas com que as famílias podem satisfazer suas necessidades, constituída de três componentes: o analfabetismo, a escolaridade formal e a qualificação profissional. Outra dimensão é o acesso ao trabalho que representa a oportunidade que um indivíduo possui de utilizar sua capacidade produtiva, pelos indicadores de disponibilidade de trabalho, qualidade do posto de trabalho e remuneração.

A disponibilidade de recursos representa uma das questões fundamentais para suprir as necessidades básicas e refere-se aos domicílios que se encontram acima da linha de pobreza e de extrema pobreza. É considerado pobre o indivíduo que possui renda familiar *per capita* igual ou inferior a meio salário mínimo (R\$ 84,00 em 2003 e R\$ 339,00 em 2013). É extremamente pobre o indivíduo que possui renda domiciliar *per capita* igual ou inferior a um quarto do salário mínimo (R\$ 42,00 em 2003 e R\$ 169,50 em 2013). No Brasil, ela é uma dimensão muito explorada individualmente na literatura sobre pobreza unidimensional. Outro componente é a capacidade de geração de renda, isto é, quando a maior parte da renda familiar advém de transferências através de programas sociais, aposentadorias e pensões.

O desenvolvimento infantil é uma dimensão avaliada porque é um objetivo social para garantir às crianças oportunidades para seu completo desenvolvimento. Seus componentes são: trabalho precoce, acesso à escola e progresso escolar. As condições habitacionais, sexta dimensão explorada nesta pesquisa, apresentam relação com as condições de saúde por possuir entre os indicadores: o acesso ao abastecimento de água e energia elétrica, à coleta de lixo e ao saneamento. Também fazem parte da análise: a propriedade, o déficit habitacional e a abrigabilidade. A sétima dimensão refere-se ao consumo de bens duráveis, fogão e geladeira, pois são relevantes quando se refere à alimentação.

Neste trabalho são consideradas crianças na idade de 0 a 9 anos; crianças e adolescentes de 0 a 17 anos; criança, adolescente e jovem de 0 a 24 anos e idosos com idade de 60 anos ou mais. Cônjuge se refere à pessoa que vive conjugalmente com a pessoa de referência da unidade familiar, em que pode existir vínculo matrimonial ou não. Pessoas em idade ativa são aquelas com 10 anos de idade ou mais. Os adultos são indivíduos entre 25 e 59 anos de idade. Tais definições são necessárias para estudo das sete dimensões relacionadas.

O indicador sintético multidimensional de pobreza, ou Índice de Desenvolvimento das Famílias, foi adaptado de Barros, Carvalho e Franco (2006) e Oliveira (2014), representado como:

$$S = \frac{1}{7} \sum_{K=1}^7 \left(\frac{1}{m_k} \sum_{j=1}^{m_k} \left(\frac{1}{n_{jk}} \sum_{i=1}^{n_{jk}} B_{jki} \right) \right)$$

em que B_{jki} diz respeito ao i -ésimo indicador básico do j -ésimo componente da k -ésima dimensão, m_k o número de componentes da k -ésima dimensão, n_{jk} a quantidade de indicadores do j -ésimo componente da k -ésima dimensão. O indicador de cada componente S_{jk} é a média aritmética dos indicadores. Da mesma forma, o indicador de cada dimensão S_k é a média aritmética dos seus componentes. O indicador sintético global S é a média aritmética dos indicadores sintéticos das sete dimensões que o compõem.

5 RESULTADOS DA PESQUISA E INTERPRETAÇÕES

A Tabela 1 resume os resultados dos indicadores multidimensionais encontrados para o Paraná (e para a região Sul, para comparação) obtidos conforme a metodologia explicitada. A análise geral dos dados aponta que o IDF, tanto do Paraná quanto da Região, apresentou melhora de 2003 para 2013, o que significa menos privações das famílias, menor pobreza nas regiões tratadas.

Análise mais detalhada revela que o grau de desenvolvimento das famílias do Paraná não apresenta diferenças significativas em relação à Região a que pertence. O acesso ao conhecimento e o acesso ao trabalho são os piores indicadores da pobreza paranaense nos dois anos. Em 2013, 73% dos domicílios paranaenses não possuem acesso ao conhecimento adequado e que 37% são privados do acesso ao trabalho. As mesmas dimensões pesam negativamente para o valor atingido na região Sul. Nessa direção, Nazareno, C. Junior, Ignácio (2012) afirmavam, em 2012, que o acesso ao trabalho e o baixo grau de instrução dos adultos nas famílias no Paraná constituíam os indicadores mais vulneráveis em análise.

Tabela 1 - - Indicadores multidimensionais da pobreza no Paraná e na Região Sul, 2003 e 2013

Descrição	Paraná				Região Sul			
	2003	2013	Varição (p.p)	Varição (%)	2003	2013	Varição (p.p)	Varição (%)
IDF	0.76	0.77	1	2.44	0.76	0.77	1	2.12
Dimensão 1: Ausência de Vulnerabilidade	0.79	0.81	2	2.43	0.79	0.80	1	2.02
Fecundidade	0.94	0.97	3	2.81	0.95	0.97	2	2.49
Atenção e cuidados especiais com crianças adolescentes e jovens	0.43	0.54	11	20.85	0.45	0.56	11	20.44
Atenção e cuidados especiais com idosos	0.77	0.72	-5	-6.59	0.75	0.69	-6	-8.35
Dependência econômica	0.81	0.81	0	-0.07	0.81	0.81	0	-0.65
Presença da mãe	0.99	0.99	0	0.56	0.99	0.99	0	0.46
Dimensão 2: Acesso ao Conhecimento	0.28	0.27	-1	-2.69	0.26	0.26	0	-1.11
Analfabetismo	0.20	0.20	0	-0.65	0.20	0.21	1	4.80
Escolaridade	0.29	0.26	-3	-10.01	0.27	0.24	-3	-10.76
Qualificação profissional	0.34	0.35	1	1.63	0.31	0.32	1	2.18
Dimensão 3: Acesso ao Trabalho	0.61	0.63	2	2.42	0.61	0.62	1	1.10
Disponibilidade de trabalho	0.63	0.67	4	5.12	0.64	0.67	3	3.43
Qualidade do posto de trabalho	0.61	0.64	3	5.60	0.58	0.62	4	6.32
Remuneração	0.60	0.58	-2	-4.21	0.60	0.56	-4	-7.43
Dimensão 4: Disponibilidade de Recursos	0.91	0.93	2	1.44	0.92	0.93	1	0.49
Extrema pobreza	0.94	0.96	2	2.12	0.95	0.97	2	1.36
Pobreza	0.82	0.88	6	6.13	0.85	0.89	4	4.36
Capacidade de geração de renda	0.97	0.94	-3	-3.65	0.97	0.93	-4	-4.10
Dimensão 5: Desenvolvimento Infantil	0.83	0.87	4	4.76	0.83	0.87	4	4.59
Trabalho precoce	0.97	0.99	2	2.00	0.97	0.99	2	2.40
Acesso a escola	0.69	0.75	6	7.87	0.71	0.76	5	7.41
Progresso escolar	0.82	0.86	4	5.22	0.83	0.87	4	4.62
Dimensão 6: Condições Habitacionais	0.91	0.93	2	2.30	0.92	0.94	2	2.76
Propriedade	0.79	0.77	-2	-3.21	0.81	0.81	0	-0.18
Déficit habitacional	0.84	0.92	8	8.21	0.86	0.92	6	7.22
Abriabilidade	0.99	0.99	0	0.49	0.99	0.99	0	0.58
Acesso a abastecimento de água	1.00	1.00	0	-0.03	0.99	1.00	1	0.53
Acesso à energia elétrica	0.99	1.00	1	1.14	0.99	1.00	-1	1.21
Acesso a saneamento	0.89	0.93	4	3.55	0.91	0.94	3	2.86
Acesso à coleta de lixo	0.89	0.94	5	5.41	0.87	0.93	6	7.14
Dimensão 7: Consumo de bens duráveis	0.96	0.99	3	2.85	0.97	0.99	2	2.41
Acesso a fogão	0.99	0.99	0	0.48	0.99	0.99	1	0.26
Acesso à geladeira	0.94	0.99	5	5.23	0.95	0.99	0	4.58

Fonte: Elaboração das autoras a partir da PNAD 2003 e 2013.

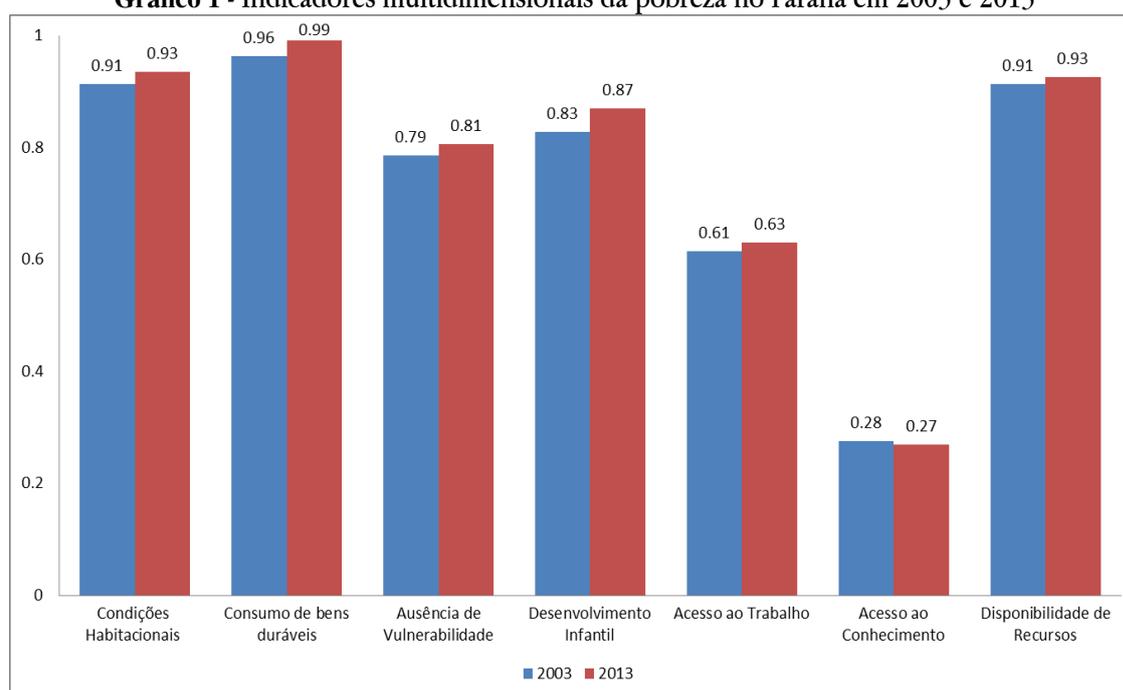
Por outro lado, esta investigação aponta que as contribuições positivas para o desenvolvimento das famílias em 2013: a ausência de vulnerabilidade familiar que alcança 81% dos domicílios, a disponibilidade de recursos que abrange 93% dos domicílios, o desenvolvimento infantil com 87% de adequação para a garantia de oportunidades, as condições habitacionais com 93% e que sinalizam maior acesso as condições de saúde e saneamento e a posse de bens duráveis que alcançou 99% dos domicílios. No Sul, essas dimensões também obtiveram avanços e representam um distanciamento dos traços de pobreza.

A dimensão da disponibilidade de recursos apresenta valor de 0,93 para o Paraná e para a Região Sul em 2013, isto é, representa menores traços de pobreza. No entanto, o IDF permite verificar que não é exatamente isso que ocorre. Como visto anteriormente, Amartya Sen defende que a pobreza não pode ser caracterizada somente pelo baixo nível de renda, mas deve-se considerar, sobretudo, a privação das capacidades e o que impede as pessoas de buscar e alcançar a sua liberdade.

Diante disso, ao se incorporar os aspectos sociais, como exemplo, às outras seis dimensões elencadas, o propósito é verificar a localização do componente que limita a capacidade dos cidadãos de escolherem e viverem bem, e orientar as intervenções públicas necessárias. O indicador de 0,77 tanto para o Paraná quanto para a Região Sul revela que há dimensões em que a população é mais privada e necessita de políticas públicas para melhor suprir as necessidades.

A desagregação das dimensões do índice de desenvolvimento familiar permite categorizar a análise das sete dimensões em quatro grupos, segundo o critério de indicadores mais próximos de 1 (menos traços de pobreza), e mais próximos de 0 (mais traços de pobreza). No primeiro grupo, mais favorável às condições de vida da população paranaense, isto é, dimensões com valores mais próximos de 1, mais distantes dos traços de pobreza, estão incluídas as dimensões relativas às condições habitacionais e o acesso aos bens duráveis de consumo. O segundo grupo reúne os aspectos da ausência de vulnerabilidades e o desenvolvimento infantil. O terceiro grupo contempla os problemas detectados nas dimensões do acesso ao trabalho e o acesso ao conhecimento, porque comprometeram o avanço na qualidade de vida das famílias. Por último, no quarto grupo, isola-se a dimensão da disponibilidade de recursos para revelar a sua relevância como indicador unidimensional e a sua contribuição para os resultados da pobreza multidimensional. O Gráfico 1 ilustra a evolução de cada uma das sete dimensões para o Paraná em 2003 e 2013.

O primeiro grupo de análise evidencia o aspecto das condições habitacionais que representa as condições de vida das famílias, pois os domicílios com melhores condições de moradia estão mais distantes dos traços de pobreza e vulnerabilidades. Podem ser avaliados os componentes: propriedade, déficit habitacional, abrigabilidade, acesso ao abastecimento de água, acesso à energia elétrica, acesso a saneamento e acesso à coleta de lixo. Os índices para as condições habitacionais para o Paraná em 2003 e 2013 foram de 0,91 e 0,93, respectivamente, e semelhantes para a região sul do Brasil. Os componentes que tiveram maior impacto nesse resultado foram o déficit habitacional, que melhorou 8 p.p., o acesso à coleta de lixo com aumento de 5 p.p., e o acesso ao saneamento que era de 89% em 2003 e alcançou 93% em 2013. Contudo, a propriedade do domicílio apresentou declínio no seu índice e isto deve-se à diminuição de domicílio próprio ou cedido.

Gráfico 1 - Indicadores multidimensionais da pobreza no Paraná em 2003 e 2013

Fonte: Elaboração das autoras a partir da PNAD 2003 e 2013.

Em relação ao consumo de bens duráveis como fogão e geladeira, os dados desta pesquisa mostram que já em 2003 no Paraná, 98,8% dos domicílios tinham fogão e na região Sul este valor era ainda maior cerca de 99,2%. O componente com maior impacto no Paraná foi a posse de geladeira com incremento de 5 p.p. entre os anos de 2003 e 2013, o que representa uma melhora no bem-estar das famílias e uma expansão de suas capacidades e liberdades. Vale lembrar que, segundo Braga, Abrantes e Ferreira (2010), a crise de 2008 levou o Estado brasileiro a adotar medidas expansionistas e uma delas foi a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) nos produtos da linha branca, sendo que a geladeira obteve desoneração de 10% e o fogão de 5%.

No segundo grupo das dimensões que colaboram para o desenvolvimento das famílias, tem-se a dimensão “ausência de vulnerabilidade” que expressa o volume de recursos requeridos por uma família para satisfazer suas necessidades básicas. A presença de idosos, gestantes, crianças, adolescentes e jovens aumenta a vulnerabilidade das famílias devido às despesas adicionais com cuidados médicos, alimentação, segurança entre outros fatores. Para o Paraná, o indicador que era de 0,79 em 2003 passa para 0,81 em 2013 apresentando uma melhora de dois pontos percentuais. Isto significa dizer que 81% dos domicílios paranaenses estão livres das vulnerabilidades elencadas. Os componentes considerados foram: fecundidade, atenção e cuidados especiais com crianças, adolescentes e jovens, atenção aos idosos, dependência econômica e presença da mãe.

Entre esses componentes, a maior contribuição para o aumento do indicador foi a atenção e cuidados especiais com crianças, adolescentes e jovens que deixou em 2003 o valor de 0,43 e atingiu 0,54 em 2013 para o Paraná, e isto deve-se à redução da presença de crianças ou adolescentes nas famílias. Apesar da melhoria, o componente do IDF que relaciona aos cuidados das crianças, adolescentes e jovens é um dos problemas detectados. Os dados mostram que em 2013, 46% das famílias tinha vulnerabilidade nesse aspecto e em 71% delas havia presença de crianças, adolescentes e jovens. (ver apêndice). Estudos de Rocha (2013) afirmam que quanto mais baixa a renda *per capita*, maior é a presença de crianças entre os pobres, o que configura um agravante para o desenvolvimento das famílias.

Na Tabela 1 nota-se uma redução no número de mulheres com filhos nos últimos dois anos, que pode ser explicado pelo novo perfil da mulher no país que alcançou maior participação no mercado de trabalho. Não

obstante, a atenção e cuidados especiais com idosos apareceu como agravante aos valores obtidos. A presença de idosos aumentou de 23% em 2003 para 28% em 2013 nas famílias paranaenses, e isto provocou um aumento das vulnerabilidades. Os indicadores para dependência econômica e presença da mãe não apresentaram variações significativas nos anos analisados.

A dimensão do “desenvolvimento infantil” preocupa-se em garantir oportunidades para o pleno desenvolvimento das crianças. Conta com três componentes para uma análise mais aprofundada, que são: trabalho precoce, acesso à escola e progresso escolar. O indicador para o Paraná avançou 4 p.p. saiu de 0,83 em 2003 para 0,87 em 2013. Destacam-se o aumento da participação das crianças na escola e a diminuição do trabalho precoce. O estado do Paraná apresentou resultado mais expressivo, com aumento de 0,69 em 2003 para 0,75 em 2013, isto significa que 75% das crianças e adolescentes frequentam a escola. O indicador de trabalho infantil na região Sul apresentou o mesmo resultado para o Paraná, o indicador que representava 3% de crianças trabalhando em 2003, reduziu-se para 1% em 2013.

Nazareno, C. Junior e Ignácio (2012) defenderam em seu trabalho que 1,7 % das famílias paranaenses em 2012 tinham pelo menos uma criança trabalhando e que isto além de apontar para a violação de direitos humanos, também pode indicar uma provável dificuldade de obtenção de renda pelos adultos, o que implica na intervenção específica através de políticas de assistência social. O Programa de Erradicação ao Trabalho Infantil (PETI) assim como o Bolsa Família são decisivos para afastar crianças do trabalho infantil. No Brasil, a saída de crianças e adolescentes do trabalho infantil atingiu 58,1% enquanto a média mundial foi de 36% considerando o período de 2001 e 2013 (PORTAL BRASIL, 2015).

A terceira categoria para a análise, como mencionado, trata das dificuldades enfrentadas pela população paranaense na obtenção de melhores condições de vida e refere-se, primeiramente, ao “acesso ao trabalho”, que representa a oportunidade que uma pessoa tem de utilizar sua capacidade produtiva e aplicar os conhecimentos obtidos. O resultado é positivo para o Paraná, que abandonou 0,61 em 2003 e obteve 0,63 em 2013, o que significa que 39% dos domicílios em 2003, e 37% dos domicílios em 2013 tiveram dificuldade no mercado de trabalho. Os componentes abrangidos foram: disponibilidade de trabalho, qualidade do posto de trabalho e remuneração.

O fator de maior impacto positivo para obtenção deste valor foi a disponibilidade de trabalho que deixou 0,63 em 2003 e alcançou 0,67 em 2013 para o Paraná, decorrente do aumento no número de pessoas ocupadas nos domicílios. Apesar da melhora na qualidade dos postos de trabalho, que representa uma maior formalização das pessoas ocupadas, em 2013 essa variável tinha 49% dos domicílios na informalidade. No Paraná, a qualidade do posto de trabalho obteve aumento de 3 p.p. e a região Sul um aumento de 4 p.p. Todavia, a remuneração foi a responsável por certo agravo no indicador, que apresentou variação negativa, pois o componente que era de 0,60 em 2003 passa a 0,58, influenciado pela presença de menos pessoas com rendimento superior a 2 salários mínimos.

O “acesso ao conhecimento” indica a dimensão mais problemática no Estado do Paraná, pois constitui-se em um dos meios que a família tem para satisfazer suas necessidades. No Paraná, 72% dos domicílios em 2003 não possuía acesso ao conhecimento e em 2013 este valor chega a 73%, o que compromete o desenvolvimento das famílias. Os componentes utilizados nesta análise foram: analfabetismo, escolaridade e qualificação profissional.

Com relação ao analfabetismo não ocorreram grandes avanços no Paraná, contudo, a região Sul aumentou em um ponto percentual seu indicador. A escolaridade, tanto no estado quanto na região, teve uma redução de 3 p.p., devido à participação de menos adultos com educação superior e chegou a 26% dos domicílios paranaenses em 2013 (ver apêndice). A qualificação profissional destacou-se no Paraná deixando o valor de 0,34 em 2003 para 0,35 em 2013, superando assim os resultados encontrados para a região Sul que possuía 0,32 em 2013.

Ao final, é importante evidenciar as informações sobre a “disponibilidade de recursos”, que considera a renda *per capita* para classificação dos pobres e extremamente pobres. Esta quarta categoria de análise indica uma posição muito favorável ao desenvolvimento das famílias no Paraná e, realmente, o recurso financeiro permite que grande parte das necessidades básicas de uma família seja suprida, porém, como já visto, não pode ser a única variável

considerada. Os resultados apontam que a dimensão “disponibilidade de recursos” tem resultados próximos para o Paraná e para a região Sul: um indicador de 0,91 em 2003 para 0,93 em 2013.

Além disso, examinam-se ainda como componentes: a extrema pobreza, a pobreza e a capacidade de geração de renda. A pobreza no Paraná alcançava cerca de 18% dos domicílios em 2003 e em 2013 passa a abranger 12%, uma diminuição de 6 p.p. Quanto à capacidade de gerar renda, a região Sul apresenta valor de 0,97 em 2003 e 0,93 em 2013, isto é, a parte da renda familiar que advém de transferências aumentou de 3% para 7% no período em análise.

5 CONCLUSÃO

O objetivo deste trabalho foi analisar o desenvolvimento das famílias a partir das evidências da pobreza multidimensional no estado do Paraná em 2003 e 2013. Esta pesquisa conclui que, em primeiro lugar, do ponto de vista essencialmente da renda, as famílias do Paraná estão distantes das vulnerabilidades ao evidenciar a renda familiar *per capita* superior a linha de pobreza e extrema pobreza. No entanto, através da análise multidimensional, o IDF revela que há dimensões que precisam ser alvo de políticas públicas para a melhoria do bem-estar dos paranaenses e dos demais da Região Sul do Brasil.

Em segundo lugar, de forma geral, o IDF tanto do Paraná quanto da Região Sul apresentou melhora no período, o que significa menos vulnerabilidades para as famílias, fato que vai ao encontro da literatura empírica para o Estado. Confere-se importância favorável a algumas dimensões pesquisadas, particularmente a que se refere ao desenvolvimento infantil, que apresentou a maior variação positiva nos anos analisados, e inclui a melhoria nos indicadores do trabalho precoce, do acesso à escola e da progressão escolar de crianças, adolescentes e jovens.

Entretanto, o acesso ao conhecimento, especialmente a reduzida presença de adulto com ensino superior, e o acesso ao trabalho, com destaque para o baixo rendimento do trabalho, são os indicadores mais comprometedores da pobreza paranaense em 2013. Dessa forma, ações direcionadas para esses dois elementos precisam ocorrer, pela intervenção pública mais efetiva, principalmente na ampliação do acesso à educação superior e no combate ao analfabetismo funcional, bem como no incremento da remuneração do trabalho, para que assim se potencialize o bem-estar das famílias paranaenses e se reduza as privações das capacidades.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, M. R.; CUNHA, M. S. Uma análise da pobreza sob o enfoque multidimensional no Paraná. **Revista de Economia**, Curitiba, v. 38, n. 3, p.45-64, 2012.

BARROS, R. P.; CARVALHO, M.; FRANCO, S. **O Índice de Desenvolvimento da Família (IDF)**. Rio de Janeiro: IPEA, 2003.

_____. **Pobreza multidimensional no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA, 2006.

BRAGA, G. B.; ABRANTES, L. A.; FERREIRA, M. A. M. Impactos da desoneração do IPI nos indicadores de rentabilidade no setor de siderurgia e mineração. In: ENANGRAD, 21; 2010, Brasília. **Anais eletrônicos...**Brasília: UFV, 2010. Disponível em: < <http://www.emapegs.ufv.br/docs/Artigo15.pdf>> . Acesso em: 16 de set. 2015.

CEPAL. COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE. **Panorama Social da America Latina**, New York, 2013.

CODES, A. L. **A trajetória do pensamento científico sobre pobreza: em direção a uma visão complexa**. Brasília, DF: IPEA, 2008.

COSTA, M.; COSTA, B. Concepções de pobreza e operacionalização do índice de pobreza multidimensional para Minas Gerais. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM GESTÃO, 7, 2014, Cachoeira. **Anais...** Bahia: [s.n.], 2014. p. 1-20.

GIOVANETTI, A. E.; RAIHER, A. P. Uma análise multidimensional da pobreza nos municípios paranaenses em 2010. **Revista de Estudos Sociais**, Mato Grosso, v.17, n. 33, p.228-248, 2015.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Famílias pobres no Paraná**. Curitiba, 2003.

INSTITUTO PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. **Número de domicílios pobres no Paraná**. Disponível em: < <http://www.ipeadata.gov.br/> >. Acesso em: 28 jun. 2015.

KAGEYAMA, A.; HOFFMANN, R. Pobreza no Brasil: uma perspectiva multidimensional. **Economia e Sociedade**, Campinas, v.15, n.1, p.79-112, jun.2006.

MDS. MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. **Pobreza multidimensional: subsídios para discussão à luz do MPI/OPHI**. Brasília, DF, 2014.

NAZARENO, L. R.; C. JUNIOR, P.; IGNÁCIO, S. A. **Índice de vulnerabilidade das famílias paranaenses: mensuração a partir do Cadastro Único para programas sociais**. Curitiba, PR: IPARDES, 2012.

NÓBREGA, W. **Mapeamentos da pobreza sob critérios unidimensional e multidimensional para os estados do Paraná e Sergipe**. 2008. 273 f. Dissertação (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) - Universidade Federal do Paraná (UFPR), Curitiba, 2008.

OLIVEIRA, N. **Pobreza no Nordeste do Brasil: um estudo multidimensional**. 2014. 85 f. Dissertação (Mestrado em Economia Regional) – Universidade Estadual de Londrina (UEL), Londrina, 2014.

PORTAL BRASIL. **Minha Casa Minha Vida entregou 2,4 milhões de moradias**. Disponível em: < <http://www.brasil.gov.br/infraestrutura/2015/09/minha-casa-minha-vida-entregou-2-4-milhoes-de-moradias> >. Acesso em: 17 set. 2015.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. **Desenvolvimento humano e IDH**. Disponível em: < <http://www.pnud.org.br/IDH/DH.aspx> >. Acesso em: 25 fev. 2015.

ROCHA, S. **Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

_____. Pobreza no Brasil a evolução de longo prazo (1970-2011). In: FÓRUM NACIONAL, 25, Rio de Janeiro, **Anais...** Rio de Janeiro: [s.n.], 2013, p.01-52.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

_____. **Desigualdade reexaminada**. 2. ed. São Paulo: Record, 2008.

SOARES, S. **Metodologia para estabelecer a linha de pobreza: objetiva, subjetiva, relativa e multidimensional**. Rio de Janeiro, RJ: IPEA, 2009.

APÊNDICE

Componentes multidimensionais da pobreza no Paraná e na Região Sul, 2003 e 2013

Componentes	Variáveis				
		Paraná 2003	Paraná 2013	Sul 2003	Sul 2013
Dimensão 1: Ausência de Vulnerabilidade					
Fecundidade	V1. Nenhuma mulher teve filho nascido vivo no último ano	0,97	0,98	0,97	0,98
	V2. Nenhuma mulher teve filho nascido vivo nos últimos dois anos	0,92	0,96	0,92	0,96
Atenção e cuidados especiais com crianças adolescentes e jovens	V3. Ausência de criança	0,60	0,70	0,62	0,73
	V4. Ausência de criança e adolescente	0,40	0,53	0,43	0,55
	V5. Ausência de criança, adolescente e jovem	0,28	0,39	0,30	0,42
Atenção e cuidados especiais com idosos	V6. Ausência de idoso	0,77	0,72	0,75	0,69
Dependência econômica	V7. Presença de cônjuge	0,71	0,68	0,71	0,67
	V8. Mais da metade dos membros encontra-se em idade ativa	0,90	0,94	0,91	0,95
Presença da mãe	V9. Não existe criança no domicílio cuja mãe tenha morrido	1,00	1,00	1,00	1,00
	V10. Não existe criança no domicílio que não viva com a mãe	0,97	0,98	0,98	0,98
Dimensão 2: Acesso ao Conhecimento					
Analfabetismo	E1. Ausência de adulto analfabeto	0,16	0,17	0,17	0,19
	E2. Ausência de adulto analfabeto funcional	0,25	0,23	0,24	0,23
Escolaridade	E3. Presença de pelo menos um adulto com fundamental completo	0,41	0,41	0,38	0,38
	E4. Presença de pelo menos um adulto com ensino médio completo	0,31	0,31	0,28	0,29
	E5. Presença de pelo menos em adulto com alguma educação superior	0,13	0,06	0,13	0,05
Qualificação profissional	E6. Presença de pelo menos um trabalhador com qualificação média ou alta	0,34	0,35	0,31	0,32
Dimensão 3: Acesso ao Trabalho					
Disponibilidade de trabalho	T1. Mais da metade dos membros em idade ativa encontra-se ocupada	0,37	0,42	0,39	0,42
	T2. Presença de pelo menos um trabalhador há mais de seis meses no trabalho atual	0,90	0,91	0,90	0,91
Qualidade do posto de trabalho	T3. Presença de pelo menos um ocupado no setor formal	0,45	0,51	0,43	0,50
	T4. Presença de pelo menos um ocupado em atividade não agrícola	0,76	0,77	0,73	0,75
Remuneração	T5. Presença de pelo menos um ocupado com rendimento superior a 1 salário mínimo	0,74	0,74	0,73	0,71
	T6. Presença de pelo menos um ocupado com rendimento superior a 2 salários mínimos	0,47	0,42	0,48	0,42
Dimensão 4: Disponibilidade de Recursos					
Extrema pobreza	R1. Renda familiar <i>per capita</i> superior à linha de extrema pobreza	0,94	0,96	0,95	0,97
Pobreza	R2. Renda familiar <i>per capita</i> superior à linha de pobreza	0,82	0,88	0,85	0,89
Capacidade de geração de renda	R3. Maior parte da renda familiar não advém de transferências	0,97	0,94	0,97	0,93
Dimensão 5: Desenvolvimento Infantil					
Trabalho precoce	D1. Ausência de criança com menos de 14 anos trabalhando	0,98	0,99	0,98	1,00
	D2. Ausência de criança com menos de 16 anos trabalhando	0,96	0,98	0,96	0,99
Acesso a escola	D3. Ausência de criança até 6 anos fora da escola	0,88	0,87	0,89	0,88
	D4. Ausência de criança de 7-14 anos fora da escola	0,64	0,73	0,65	0,74
	D5. Ausência de criança de 7-17 anos fora da escola	0,57	0,66	0,58	0,67
Progresso escolar	D6. Ausência de criança de até 14 anos com mais de 2 anos de atraso	0,98	0,96	0,98	0,97
	D7. Ausência de adolescente de 10 a 14 anos analfabeto	0,74	0,81	0,75	0,81
	D8. Ausência de jovem de 15 a 17 anos analfabeto	0,74	0,81	0,75	0,81
Dimensão 6: Condições Habitacionais					
Propriedade	H1. Domicílio próprio	0,74	0,73	0,76	0,78
	H2. Domicílio próprio ou cedido	0,84	0,80	0,86	0,84
Déficit habitacional	H3. Densidade de até dois moradores por dormitório	0,84	0,92	0,86	0,92
Abriabilidade	H4. Material de construção permanente	0,99	0,99	0,99	0,99
Acesso a abastecimento de água	H5. Acesso adequado à água	1,00	1,00	0,99	1,00
Acesso à energia elétrica	H6. Acesso à eletricidade	0,99	1,00	0,99	1,00
Acesso a saneamento	H7. Esgotamento sanitário adequado	0,71	0,79	0,76	0,82
	H8. Presença de banheiro no domicílio ou na propriedade	0,98	1,00	0,98	0,99
	H9. Uso do banheiro ou sanitário é destinado exclusivamente ao domicílio	0,99	1,00	0,98	1,00
Acesso à coleta de lixo	H10. Lixo é coletado	0,89	0,94	0,87	0,93
Dimensão 7: Consumo de bens duráveis					
Acesso a fogão	C1. O domicílio possui fogão	0,99	0,99	0,99	0,99
Acesso à geladeira	C2. o domicílio possui geladeira	0,94	0,99	0,95	0,99

